



ESTADO DE RONDÔNIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Recebido Autue-Sr
e incluído em pauta
Em 26/11/2008
1º Secretário

PROTOCOLO



PROJETO DE LEI

Nº 446/08



AUTOR: DEPUTADO TIZIU JIDALIAS - PMDB

Dispõe sobre a criação do Programa Jovem Profissional e autoriza a concessão de bolsas como auxílio educacional.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, como parte integrante da política estadual para a juventude, o Programa Jovem Profissional, com a finalidade de promover a formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que estejam matriculados na rede estadual de ensino e atendam aos requisitos previstos no art. 2º desta lei, mediante cursos ministrados em espaços educacionais específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

Parágrafo único - A Gerencia de Profissionalização da Secretaria de Estado de Educação será a unidade gestora do programa.

Art. 2º - Os Jovens participantes do programa deverão ter idade mínima de 16 e máxima de 35 anos; ter renda familiar mensal de até um salário mínimo e meio e estar matriculados na rede de ensino estadual, cursando educação básica regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

§ 1º - Fica autorizada a concessão de uma bolsa auxílio para os jovens inscritos no programa no valor de 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, durante o período de cada curso.

§ 2º - Os portadores de deficiência física terão direito a tratamento igual aos demais alunos em todo o programa.

Art. 3º - Os cursos de formação profissional de que trata o art. 1º desta lei deverão se adequar em uma das áreas profissionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional ou



ESTADO DE RONDÔNIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº



AUTOR: DEPUTADO TIZIU JIDALIAS - PMDB

Estadual de Educação Profissional, nos termos dos artigos 7º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º - Os cursos deverão ser orientados por projetos básicos pedagógicos e planos de trabalho voltados para as necessidades educativas e produtivas da educação profissional, definidas a partir das pesquisas de demanda regionais e locais, de acordo com a legislação vigente.

§ 2º - A organização curricular dos cursos conjugará necessariamente atividades teóricas e práticas em módulos que contemplem a formação profissional inicial e o apoio à educação básica.

§ 3º - As horas aulas das atividades teóricas e práticas deverão ser computadas de forma a favorecer a obtenção de diploma de técnico de nível médio.

§ 4º - Os cursos serão ministrados em espaços educativos específicos observando os seguintes requisitos:

- I. Limitação da carga horário dos cursos de atividades práticas, de acordo com regulamento.
- II. Limitação da duração das aulas a 5 (cinco) horas diárias.
- III. Duração mínima dos anos: de 3 (três) e máxima de 06 (seis) meses.
- IV. Processo seletivo dos alunos beneficiários do Programa.

Art. 4º - As certificações destes alunos serão de responsabilidade da Gerência de Profissionalização da Secretaria de Estado da Educação, com acompanhamento pedagógico, inclusive dos regressos.

Art. 5º - O programa Jovem Profissional será executado mediante:

- I. Recursos financeiros previstos no PPA;
- II. Emendas parlamentares;
- III. Parcerias com instituições públicas ou privadas;
- IV. Pagamento de bolsa auxílio, sendo que este pagamento fica condicionado à frequência dos alunos, cujas faltas não poderão exceder a 75%.



ESTADO DE RONDÔNIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº



AUTOR: DEPUTADO TIZIU JIDALIAS - PMDB

Art. 6º – Os repasses das bolsas serão efetuados diretamente aos alunos matriculados pela unidade gestora através de contas vinculadas no banco do Brasil;

Art. 7º - Para o desenvolvimento do Programa Jovem Profissional a unidade gestora poderá:

§ 1º - Formular o Projeto Pedagógico, o Plano de Trabalho, elaborar o material didático, firmar as parcerias que julgar necessárias, prestar contas e acompanhar o desenvolvimento dos cursos.

§ 2º - Nomear coordenadores para supervisionar os locais onde as aulas serão realizadas, acompanhar a execução dos cursos, bem como o desempenho dos alunos nas empresas que os contratarem, encaminhando relatórios mensais para a GEPRO e monitorando os regressos, inclusive até três meses após o encerramento, os quais farão jus a uma bolsa auxílio, no valor de R\$ 300,00(trezentos reais) mensais por pessoa.

§ 3º – Constituir uma Comissão Fiscalizadora para o programa, cujos membros farão jus a uma bolsa auxílio mensal, no valor de R\$ 456,00(quatrocentos e cinquenta e seis reais) por membro.

Art. 8º - Das Competências:

§ 1º – Compete à Secretaria de Estado da Educação, o controle e o acompanhamento do programa, observadas as diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas de juventude.

§ 2º - Compete à Assembleia legislativa efetuar os repasses das bolsa-auxílio para a Gerencia de Profissionalização - GEPRO.

§ 3º – Compete ao estabelecimento parceiro indicar as suas necessidades de trabalhadores qualificados para determinadas funções e ofícios; arcar com as despesas de transporte, alimentação e uniforme para os alunos inscritos, bem como disponibilizar locais adequados para as aulas práticas e instrutores capacitados. Cabe ainda, à empresa, providenciar seguro contra acidentes de trabalho, de conformidade com as normas de segurança do trabalhador e do Estatuto da Criança e do Adolescente.



ESTADO DE RONDÔNIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº



AUTOR: DEPUTADO TIZIU JIDALIAS - PMDB

Art. 9º - Da Prestação de Contas:

§ 1º - A prestação de contas da Bolsa-Auxílio será feita pelo órgão gestor diretamente à Assembleia Legislativa e às empresas parceiras, de conformidade com convênio celebrado entre as partes.

Art. 10 - Dos Recursos Financeiros:

§ 1º - As despesas pagas pela GEPRO correrão por conta da fonte 100; função Programática 339039, inclusive bolsa auxílio, para coordenadores, e comissão de fiscalização.

Art. 11 - Das disposições Finais:

§ 1º - A bolsa - auxílio poderá ser paga por qualquer órgão público, empresa privada ou de economia mista, mediante convênio com a GEPRO.

§ 2º - As empresas participantes do programa deverão manter um quadro afixado em local visível com os nomes dos participantes para facilitar o acompanhamento por parte dos coordenadores, bem como deverão ter um caderno para anotações diárias das atividades.

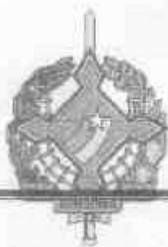
§ 3º - A vinculação da empresa parceira com o Programa Jovem Profissional, não a exime de efetuar a contratação de percentagem mínima de aprendizes, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 4º - A quantidade máxima de bolsa auxílio que cada aluno poderá receber por ano não poderá exceder a seis.

§ 5º - Fica vetado o acesso ao programa, para alunos que estejam inscritos em outros programas do Governo Estadual, Municipal ou Federal, do mesmo segmento recebendo auxílio educação.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 12 de Novembro de 2008



ESTADO DE RONDÔNIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº



AUTOR: DEPUTADO TIZIU JIDALIAS - PMDB

JUSTIFICATIVAS

Nacionalmente o problema do desemprego tende a ser mais acentuado entre os jovens que entram no mercado de trabalho do que entre o restante da população. Em Rondônia, a situação não é diferente.

Os jovens – especialmente os grupos entre 15 e 24 anos – apresentam taxas de desemprego substancialmente maiores que as dos trabalhadores adultos: em 2006, enquanto a taxa de desemprego era de 5% entre os adultos de 30 a 59 anos, observavam-se índices de 22,6% entre os jovens de 15 a 17 anos, 16,7% entre 18 e 24 anos, e 9,5% entre 25 e 29 anos.

Portanto, há maior rotatividade entre os trabalhadores jovens do que entre os demais, e que esta rotatividade maior implica uma taxa de desemprego também maior.

Ao mesmo tempo, outro fator da rotatividade deste grupo de trabalhadores é explicado pelo lado da demanda:

Os postos de trabalho ocupados por pessoas com pouca qualificação e experiência são, geralmente, os piores em termos de remuneração e condições de trabalho, além de terem os custos mais baixos de demissão e contratação.

Plenário das Deliberações, 12 de Novembro de 2008